

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20 DE OUTUBRO DE 2008**-----

-----Aos vinte dias do mês de Outubro de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, José Carlos da Silva, Maria Joana Vidinha Baptista e Pedro Manuel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usou da palavra o Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário, que disse:-----

-----1 - Intervenção do público na última reunião.-----

-----Para que conste em acta, quero congratular-me com a presença de cada vez mais público nas reuniões a que podem ter acesso, no entanto, quero lamentar a forma como o sr. Presidente dirigiu a última reunião do Executivo, ao permitir que alguns elementos do público interrompessem, as intervenções dos srs. Vereadores.-----

-----Suponho que cada elemento do público tenha direito a cinco minutos, no máximo, de intervenção, no seu período, e que, posteriormente, receba por escrito uma resposta às suas questões.-----

-----Da minha parte não vou tolerar "jagunçadas", seja de quem for.-----

-----2 - Propostas apresentadas e retiradas, por mim, na última reunião do executivo.-----

-----Assumo a minha responsabilidade pelo erro cometido ao invocar, erradamente, o suporte legal para apresentar uma proposta, mas sabe, é que quando estava a elaborar essas propostas, estava também a trabalhar nas propostas de Derrama, IMI e IRS e aconteceu um "copy and paste" inoportuno. De qualquer modo não teve consequências, dado que no contexto em que decorreu a reunião essas propostas eram para retirar.-----

-----V^a Ex^a que nunca apresenta a este executivo uma proposta com pés e cabeça, bem melhor faria em estar calado e não ter ditado para a acta:-----

-----"O Sr. Presidente comentou que *"O Sr. Vereador retirou as duas propostas pela porcaria que elas representam."*-----

-----Não pondo sequer em causa a elevação desta sua intervenção, a propósito de "porcaria", só para esta reunião, V^a Ex^a apresenta:-----

-----No Ponto 2 - Apreciação da proposta de protocolo para enquadramento de pessoal destinado a integrar as equipas de intervenção permanente, nos Bombeiros;-----

-----Há o protocolo incompleto (faltam as páginas pares) , mas não existe nenhuma proposta, como é seu mau hábito.-----

-----No Ponto 3 - Apreciação e aprovação de Projectos, Programa de procedimento e caderno de encargos e autorização para abertura de Concurso Público, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008 de 29 de Janeiro, do projecto: 3º Troço da Circular Urbana de Almeirim - entre a EN 114 e a estrada de Vale Barrocas;-----

-----Há documentos, mas não existe nenhuma proposta, como é seu hábito.-----

-----No Ponto 4 - Apreciação e aprovação de Projecto, Programa de Procedimentos e Caderno de Encargos e autorização para abertura de Concurso Público, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. nº 18/2008 de 29 de Janeiro, do projecto do "Centro Escolar de Almeirim";-----

-----Bem, aqui não há mesmo nada.-----

-----No Ponto 6 - Apreciação das propostas de Estatutos para a

SRU, Protocolo entre sócios originários e os sócios supervenientes e Quadro de Critérios de Distribuição da Capital Social;-----

-----Há o protocolo, mas não existe nenhuma proposta sua, como é hábito.-----

-----No Ponto 7 - Apreciação da proposta de revogação da deliberação de dezoito de Julho de dois mil e oito para obtenção de empréstimo bancário de quatrocentos e oitenta e nove mil e oitenta e oito euros e em sua substituição deliberar de quatrocentos e trinta e quatro mil setecentos e quarenta e cinco euros e cinquenta cêntimos como resultado dos valores definitivos indicados pela CCDR Alentejo para o Centro Escolar de Almeirim;-----

-----Aqui não existe qualquer documento.-----

-----Não será motivo para as retirar da OT? Acho que sim à face do Regimento deste Executivo e pelos motivos que de seguida vou expor.-----

-----Já agora, podia ter aproveitado o meu erro para se lembrar que tem que fazer aprovar a Derrama o IMI e o IRS para dois mil e nove.-----

-----Escusa de agradecer.-----

-----3 - Requerimentos 10 e 11.-----

-----Tive acesso a documentos emanados do TAFL e fiquei incrédulo com a fundamentação do "habitual" Despacho de Arquivamento.-----

-----Ainda penso que vivo num estado de Direito, mas começo a ficar impaciente com tanto atropelo.-----

-----Então V^a Ex^a informa o tribunal que não houve qualquer deliberação do Executivo acerca da suspensão do PDM.-----

-----E não é que o tribunal toma como verdadeira essa informação.-----

-----Então não é para ficar estupefacto.-----

-----Pois é, isto também vem a propósito de propostas não elaboradas, é que V^a Ex^a, de facto, não apresentou qualquer proposta ao Executivo, o que apresentou foi um documento

anónimo, entre outros, oriundo do IGFIJ. Claro que tudo isto só pode ser um acto nulo, mas que foi aprovado, exclusivamente pela maioria Socialista foi.-----

-----Para me certificar que ainda estou bom da cabeça, reli algumas actas e lá está preto no branco a aprovação da suspensão do PDM que V^a Ex^a, agora diz não ter existido.-----

-----Afiml o que é que temos andado a discutir?-----

-----Houve ou não deliberação quanto à suspensão do PDM?-----

-----Será que isto é real ou está a situar-se a níveis incompreensíveis para mim?-----

-----Ou será tudo isto uma aldrabice pegada, onde vale tudo?----

-----Portanto, requeiro a V^a Ex^a que, com a máxima de urgência, aliás de acordo com as leis que devem reger este país, os seguintes documentos:-----

-----REQUERIMENTO N° 10/2008-----

-----FRANCISCO MANUEL MAURÍCIO DO ROSÁRIO, portador do B.I. n° 2026036 (A.I. de Santarém), residente na Rua António Sérgio, n° 22 - A, 1° Esq°, 2080-062, em Almeirim, e vereador em efectividade de funções na Câmara Municipal de Almeirim, vem de acordo com o estipulado na alínea s) do n° 1, do art° 68° da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, requerer fotocópia da carta remetida pelo presidente da Câmara Municipal de Almeirim, em 24 de Setembro de 2008, ao Ministério Público do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria sobre a deliberação da Câmara Municipal de Almeirim de 22 de Setembro de 2008 relativa à suspensão parcial do PDM (Plano Director Municipal de Almeirim).-----

-----REQUERIMENTO N° 11/2008-----

-----FRANCISCO MANUEL MAURÍCIO DO ROSÁRIO, portador do B.I. n° 2026036 (A.I. de Santarém), residente na Rua António Sérgio, n° 22 - A, 1° Esq°, 2080-062, em Almeirim, e vereador em efectividade de funções na Câmara Municipal de Almeirim, vem de acordo com o estipulado na alínea s) do n° 1, do art° 68° da Lei 169/99 de 18 de Setembro , alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro , requerer fotocópia da carta remetida pelo Ministério

Publico junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, relativa à acção interposta pelo Presidente da Assembleia Municipal nos termos do nº 2 do artº 11º da Lei 27/96 de 1 de Agosto e de acordo com as suas competências previstas na alínea e) nº 1 do artº 54º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, bem assim como as respectivas respostas dadas pelo presidente da Câmara Municipal.”-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha disse que gostaria de saber se, a respeito do ponto cinco da Ordem de Trabalhos, demarcação das áreas críticas, os restantes membros têm documentos ou se foram distribuídos na reunião anterior, já que não possui documentos.-----

-----E acrescentou que “de facto estas reuniões estão cheias de surpresas e manifesto o meu protesto pela forma como foi dirigida a última reunião, e em geral, todas, sendo que o Sr. Presidente tem critérios muito especiais tanto para o público como para os Vereadores. Mas aviso o Sr. Presidente que não estou disposta a tolerar comportamentos como aqueles, em geral eu não sou malcriada com ninguém, não agrido do ponto de vista pessoal, os meus ataques são políticos e não vou permitir que comigo não entrem neste registo. Na última reunião não respondi à letra para não ser tão malcriada como o Sr. Presidente, e como os elementos do PS da Junta de Fazendas, mas era bom não descerem mais, porque as reuniões já andam a baixo ao nível do mar.-----

-----A confirmar-se a resposta dada pelo Tribunal Administrativo de Leiria ao Cidadão Armindo Bento, relativa à resposta que o Senhor deu sobre a suspensão parcial do PDM, da qual acabamos de tomar conhecimento, só posso considerar que Senhor gosta de se enfiar cada vez mais profundamente, mas deixamos o caso para os órgãos judiciais que estão cá para ajuizar.”-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos agradeceu ao Sr. Presidente a resposta à questão que colocou sobre a suinicultura em Fazendas de Almeirim, a que juntou um conjunto de documentos,

a fazer o ponto da situação sobre o licenciamento. Mas acrescentou que se deslocou ao local neste fim de semana e está tudo na mesma, a suinicultura continua a funcionar com um número de porcos superior ao aprovado e as ruas sem alcatroamento.-----

----- Perguntou se a Câmara apoia as famílias dos alunos do primeiro ciclo, ao que o Sr. Presidente respondeu afirmativamente, através dos auxílios económicos directos.-----

-----O mencionado Vereador referiu que, apesar da ALDESC estar em processo de liquidação, isso não inviabiliza que seja aqui apresentado o Relatório Semestral previsto na lei.-----

-----Acrescentou que gostaria de saber para quando se prevê o lançamento do concurso, que urge, para recrutamento de pessoal a ocupar os postos de trabalho neste momento a cargo da ALDESC, já que o preocupa a situação dos trabalhadores.-----

-----O mesmo autarca alertou ainda para o estado de degradação das instalações do Instituto da Vinha e do Vinho que, de semana para semana se deteriora, com vidros partidos e portas abertas e chamou a atenção para a necessidade da sua conservação.-----

-----Concluiu dizendo que, relativamente à reunião de Câmara passada, foi eleito em Almeirim para ocupar um lugar de honra mas nunca pensou desempenhar um cargo político e estar sujeito à falta de respeito das pessoas que estavam no público. O público tem a obrigação de saber respeitar os membros da Câmara e pede ao Sr. Presidente, como responsável máximo, que não permita que as pessoas façam desconsiderações como as que aconteceram, que não permitem o funcionamento institucional da Câmara.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Manuel Sequeira Marques, quarenta e seis de dois mil e sete; Marília Isabel dos Santos Figueiredo, noventa e três;

Francisco Luís Fernandes, cento e três; e Pedro Vital -
Sociedade Unipessoal, Lda, cento e quatro, todos de dois mil e
oito.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos
despachos de deferimento proferidos em sede de projectos
globais, referentes aos processos de obras a seguir indicados,
ao abrigo da delegação de competências:-----

-----José Moreira Flauzino, onze de dois mil e quatro; Joaquim
António Lopes Soares, quarenta e cinco; a Emília Guardiano
Fernandes Caniço, noventa e um, ambos de dois mil e oito.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----PROTOCOLO - EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE - O Sr.
Presidente submeteu a apreciação o ponto dois da Ordem de
Trabalhos, no qual propõe a celebração de Protocolo para
enquadramento de pessoal destinado a integrar as Equipas de
Intervenção Permanente, nos Bombeiros.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício propos a retirada deste
ponto da Ordem de Trabalhos, por falta de proposta escrita.-----

-----O Sr. Vice-Presidente esclareceu que a Autoridade Nacional
de Protecção Civil já no ano passado propos a celebração de um
Protocolo, a nível nacional, que irá permitir a cooperação entre
aquela entidade, os Municípios e os Bombeiros, com vista à
manutenção das Equipas de Intervenção Permanente. Por este
Protocolo a ANPC pagará trinta e três mil euros, o Município
outro tanto e a Associação de Bombeiros efectuará o recrutamento
de pessoal, que irá auferir um ordenado de seiscentos euros por
mês. Os recrutados terão formação adequada, após a qual terão
por missão acorrer a todo o tipo de emergência, integrados nas
mencionadas Equipas. Acrescentou que este processo é urgente,
pelo que solicita a colaboração do restante executivo na sua
apreciação.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos salientou que a

tendência será cada vez mais o Município assumir um maior grau de intervenção em termos destes serviços. Considerou o valor a pagar muito baixo e alvitrou se a Câmara poderá fazer um contrato paralelo para dar uma certa alavancagem, já que, para os dias de hoje, aquele ordenado é manifestamente baixo.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que o Vereador Francisco Maurício tem razão quando diz que tudo o que vem a reunião de Câmara tem de ter paternidade de proposta. Mas devido à urgência da situação, e porque este tipo de Protocolo, sendo só da competência da Câmara, está disposta a aceita-lo como tal. Mas esta prática é inadmissível, mostra a forma de gestão dos eleitos do PS, este desleixo e descuido permanentes nos assuntos apresentados. E acrescentou que esta proposta do Presidente vai ter o seu voto favorável devido ao facto de que, há muitos anos, que os Bombeiros em geral e também os Bombeiros Voluntários de Almeirim precisavam incorporar pessoas mais profissionalizadas e, nesse aspecto, este Protocolo vem ao encontro da reivindicação da Liga de Bombeiros Portugueses. E vem ainda ao encontro da necessidade sentida no terreno pelos Bombeiros Voluntários, para fazer face às suas necessidades em situações agudas.-----

-----Mas lamentou que o Governo tome sempre medidas eleitoralistas, quer ir ao encontro das necessidades mas não quer gastar muito dinheiro nem contratar trabalhadores e recorre ao estratagema de encontrar quem assuma parte das suas responsabilidades. E lamentou também o vínculo laboral precário do pessoal a integrar estas equipas e disse esperar que dentro de três anos, talvez com a mudança do Governo, a situação venha a ser outra.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse congratular-se com o facto deste Governo ter lançado esta medida e ter também criado um grupo especial na Protecção Civil, que dá pelo nome de Canarinhos, e todas estas medidas, quer a nível de reforço humano, quer de reforço material, com a compra por parte do Estado de aeronaves e com as mudanças estruturais no combate aos

incêndios, o que ocasionou que a área ardida em Portugal tenha diminuído para níveis impensáveis há anos atrás.-----

-----O Sr. Presidente submeteu à votação as propostas existentes, a designada por número um, para que a sua proposta passe a votação, que obteve cinco votos a favor, um voto contra do Sr. vereador Francisco Maurício e uma abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha; e a designada por dois, para que a proposta seja retirada da Ordem de Trabalhos, que foi reprovada por quatro votos contra, duas abstenções dos Srs. vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos e o voto favorável do Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----O Sr. Vice-Presidente ausentou-se da sala por se considerar legalmente impedido de votar.-----

-----Submetida a votação a proposta expressa pelo Sr. Presidente, a Câmara deliberou aprová-la por maioria, com cinco votos a favor e o voto contra do Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----Este último autarca fez a seguinte declaração de voto:-----

-----"Não discuto as virtualidades deste Protocolo, no entanto, face ao recentemente sucedido que, não posso tolerar por considerar muito grave, voto contra e faço voto de vencido porque não foi cumprido o Artº 3 do Regimento da Câmara Municipal de Almeirim: '....não estão disponíveis todos os documentos que habilitem os vereadores na discussão das matérias nela constantes (Ordem do Dia)'."-----

-----O Sr. vereador José Carlos da Silva declarou:-----

-----"Dadas as visíveis transformações climáticas e a necessidade de socorro às emergências que daí podem advir, congratulo-me por ter o Município aderido a esta necessidade, o que será uma mais-valia em questões de segurança."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos formulou a sua declaração de voto:-----

-----"O PSD vota favoravelmente a celebração deste Protocolo por entender que contribui indiscutivelmente para a melhoria da

eficiência a nível da Protecção Civil do Concelho, com benefícios claros para todos os almeirinenses. O PSD entende que o Governo do Sr. Engº José Sócrates poderia ir mais longe relativamente a esta matéria. No nosso entender, o futuro dos Bombeiros passa pela profissionalização, com garantias na carreira profissional e não por medidas tímidas que apenas resolvem esta matéria temporariamente.-----

-----O PSD de Almeirim entende que a verba atribuída para o Município não é suficiente para as funções que se pretende que sejam realizadas pelos trabalhadores a cargo das corporações."--

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que devolve o cumprimento à Srª Vereadora Manuela Cunha, que o criticou por intervir quando havia uma proposta retirada num ponto da Ordem de Trabalhos e agora fez exactamente o mesmo.-----

-----A autarca visada disse que considera que a razão para a retirada não se justificava.-----

-----Retomou o seu lugar o Sr. Vice-Presidente.-----

-----4 - CONTRATOS PÚBLICOS-----

-----3º TROÇO DA CIRCULAR URBANA - O Sr. Presidente disse propor a apreciação e aprovação do Projecto, Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e abertura de Concurso Público para execução do Terceiro Troço da Circular Urbana de Almeirim - entre a EN cento e catorze e a Estrada de Vale Barrocas.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício propôs a retirada deste ponto da OT, devido há ausência de proposta no que à matéria em análise diz respeito.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha, achou desnecessária a retirada do ponto. Pois se bem que considere que todas as propostas que vêm a reunião de Câmara devem ter paternidade e serem assumidas nominalmente por um ou vários elementos do Executivo, considera no entanto que quando não tem a paternidade explícita de nenhum membro em concreto, pode concluir-se que o

Senhor Presidente ao agendar a proposta a assume como sua. Por isso não pode depois escusar-se, tal como fez no caso da prisão e vir dizer que a suspensão parcial do PDM é uma proposta do Governo, pois esse não tem poderes de agendamento na reunião da Câmara Municipal de Almeirim."-----

-----E neste caso sendo a Circular Urbana, algo de única e exclusiva competência da autarquia, nem há duvidas, se está agendada sem paternidade explícita é que é uma proposta do Presidente. E para o futuro proponho que a autoria das propostas venha sempre explícita.-----

-----Foram submetidas a votação as propostas existentes, a designada por número um, para que a sua proposta passe a votação, que obteve quatro a favor, um voto contra do Sr. Vereador Francisco Maurício e duas abstenções dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos; e a designada por dois, para que a proposta seja retirada da Ordem de Trabalhos, que foi reprovada por quatro votos contra, duas abstenções dos Srs. vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos e o voto favorável do Sr. Vereador Francisco Maurício.---

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha, entrando na discussão do ponto, disse que o mapa tal como as peças desenhadas e a capa do projecto, apresentam a zona a intervencionar como indo da Rotunda da Adega Cooperativa até à Estrada de Vale Barrocas, mas a primeira página da Memória Descritiva refere que o troço a intervencionar vai da Estrada Nacional/unto à Feira Nova até à Estrada de Vale Barrocas. Disse a Vereadora que gostava de ver a questão clarificada, já que uma coisa não corresponde com a outra.-----

-----Acrescentou ainda que o preço base apresentado no concurso para estes setecentos metros é de quinhentos e trinta e um mil e trinta euros e se formos consultar o documento entregue pelo Sr. Presidente relativo à consulta à CCDR sobre o QREN, este indica que o investimento total da Circular Urbana é dois milhões de euros. O que a leva a perguntar se setecentos e vinte metros vão custar um quarto do valor total da Circular. Considera que há

qualquer coisa que não bate bem.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que a informação do QREN não tem nada a ver com esse troço, mas com o que é permitido custear para a Circular Urbana, o limite da verba comparticipada, o que é disponibilizado para a totalidade da obra.-----

-----A Sr^a Vereadora perguntou se o que está previsto no Orçamento é o total da Circular.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que não está prevista a totalidade da obra porque a Câmara não tem financiamento para ela.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que os documentos são perfeitamente pouco exactos e perguntou se a parte da Circular Urbana que vai da rotunda da Adega até à Feira Nova vai encaixar na Estrada Nacional.-----

-----O Sr. Presidente disse que vai ser aproveitada a Estrada Nacional para entroncar a Circular Urbana, por agora, e no futuro o traçado poderá ser revisto.-----

-----A Sr^a Vereadora disse que estes documentos demonstram uma imprecisão total, que a levaram a colocar a questão e a levam a abster-se.-----

-----Submetida a votação a proposta do Sr. Presidente conforme formulada no início, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco votos a favor, a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha e o voto contra do Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----Este último eleito fez a seguinte declaração de voto:-----

-----"Acho este projecto importante e urgente para o Concelho, no entanto, voto contra e faço voto de vencido porque não foi cumprido o Artº 3 do Regimento da Câmara Municipal de Almeirim: '...não estão disponíveis todos os documentos que habilitem os vereadores na discussão das matérias nela constantes (Ordem do Dia).', o que recentemente se mostrou muito perigoso."-----

-----O Sr. Presidente declarou:-----

-----"Os documentos que foram presentes no Gabinete dos Srs. Vereadores e a reunião de Câmara constam de plantas dos projectos de execução do Terceiro Troço da Circular Urbana,

devidamente identificados com esse nome e cuja identificação PSS01b, PSS01c, PSS01d e PSS01e personaliza o troço entre a EN cento e catorze e a Estrada de Vale Barrocas. As imagens aerofotogramétricas não são, de maneira nenhuma, peças a respeitar pelo empreiteiro que vier a ser seleccionado para execução da obra.”-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos formulou a seguinte declaração de voto:-----

-----“O PSD vota a favor deste projecto de lançamento do concurso do Terceiro Troço da Circular Urbana, por entender que contribuirá para uma melhoria do tráfego e para retirar de dentro da cidade a passagem de veículos pesados, designadamente camiões que transportam material para os CIRVERs.-----

-----O PSD faz votos para que não haja erros no projecto.”-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou:-----

-----“Tendo o Sr. Presidente enumerado um conjunto de peças acertadas, eu cito outra que vem ilustrar a minha declaração: o desenho G00 tem indicação de zona a intervencionar em planta e foto da Adega Cooperativa até Vale Barrocas. A imprecisão não é minha.”-----

-----CONCURSO DO CENTRO ESCOLAR DE ALMEIRIM - O Sr. Presidente propos a retirada deste ponto da Ordem de Trabalho por não terem sido recepcionadas a tempo as peças que enformam o concurso, o que foi aprovado por unanimidade.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----ÁREAS CRÍTICAS - O Sr. Presidente formulou a sua proposta de Demarcação das Áreas críticas para Almeirim, Fazendas de Almeirim e Benfica do Ribatejo e informou que foram consultadas as Juntas de Freguesia destas duas vilas, acrescentando que se trata de um elemento necessário à constituição da Sociedade de Reabilitação Urbana.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou se é

considerada área de intervenção o Pórtico de Paço dos Negros, ao que o Sr. Presidente respondeu negativamente por não dizer respeito ao parque urbano a regenerar e ser de intervenção histórica.-----

-----O mesmo Vereador disse que se for possível enquadrar aquele monumento, gostaria que fosse incluído e afirmou que o Município ou a SRU passam a ter direito de preferência sobre os prédios degradados e perguntou se a Junta de Freguesia de Benfica fez alguma indicação.-----

-----O Sr. Presidente respondeu favoravelmente e acrescentou que parte da Benfica e de Cortiços já estão em área crítica.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou, em relação à ponte romana e à Fonte Branca, qual o tratamento a dar.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que são elementos de carácter histórico, não enquadráveis neste âmbito. E acrescentou que, em Almeirim, abrange uma área limitada pela Rua Bernardo Gonçalves, até à Travessa das Ribeiras.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha quis saber a resposta dos Presidentes das Juntas de Freguesia, ao que o Sr. Presidente esclareceu que o autarcas de Fazendas deu uma resposta verbal e o de Benfica por escrito.-----

-----A Sr^a Vereadora perguntou porque não lhe foi facultada cópia dessa resposta, ao que o Sr. Presidente disse que o material da reunião foi distribuído antes e entregou-lhe a cópia do ofício.-----

-----Submetida a proposta a votação, a Sr^a Vereadora Manuela Cunha propos que as três áreas críticas fossem votadas em separado, o que foi aceite.-----

-----Área Crítica de Almeirim, aprovada por quatro votos a favor, a abstenção dos Srs. vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos e o voto contra do Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----Área Crítica de Fazendas de Almeirim, aprovada por cinco votos a favor, a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha e o voto contra do Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----Área Crítica de Benfica do Ribatejo, aprovada por seis votos a favor e o voto contra do Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha fez a seguinte declaração de voto.-----

-----"Votei a favor da delimitação da Área Crítica de Benfica do Ribatejo por ter-me sido apresentado o documento da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, a concordar com a proposta apresentada pela maioria do Partido Socialista.-----

-----Abstive-me nas duas outras propostas relativas às duas outras freguesias devido à ausência de documentos das Juntas de Freguesia a pronunciarem-se sobre as áreas propostas.-----

-----E, relativamente ao todo, lamento que só agora na reunião saiba que estas propostas foram trabalhadas por uma dita empresa que ninguém conhece e que, segundo parece, vai ser constituída pela aprovação dos Estatutos, que fazem parte do ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. Ficamos também a saber que este trabalho, que podia ser feito na Câmara, terá custou para a autarquia, ou talvez não pois fico positivamente admirada com este exemplo dado ao país, de uma empresa que começa a trabalhar antes de ser constituída e, por isso, suponho que trabalhou gratuitamente, pois, a Câmara não tem cobertura legal para pagar a uma empresa que não tem ainda existência legal."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou:-----

-----"O PSD vota a favor da delimitação das áreas de intervenção urbana por entender que o património edificado de Almeirim nunca mereceu uma intervenção séria e credível. Para o PSD há vários exemplos que revelam que a Câmara Municipal permitiu a demolição de casas que representavam um pedaço da história de Almeirim e permitiu em sua substituição, a construção de autênticos mamarrachos. O PSD de Almeirim já alertou para a existência de mil e setecentos fogos desocupados, pelo que aproveita esta oportunidade para sensibilizar o executivo municipal para a necessidade de encontrar medidas que evitem um aumento de fogos desocupados, que é um sinal, a meu ver, alarmante, em termos

sociais. O PSD espera que a sua proposta mereça acolhimento por parte da SRU, relativamente à recuperação do Pórtico de Paço dos Negros."-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício justificou assim o seu voto:-----

-----"Quem existiu primeiro, foi o ovo ou a galinha? Neste caso foi a galinha, antes da criação da SRU, já temos aqui trabalho, não se sabe bem feito por quem. Quanto à natureza e incompetência de gestão das empresas e empreendimentos da extinta CULT tenho as minhas certezas e estamos falados.-----

-----Ir dar de mão beijada a uma empresa sem qualquer futuro e competência toda a área urbanística nobre do Concelho de Almeirim, sem qualquer controlo deste Executivo, NÃO.-----

-----O Concelho de Almeirim não está a saque, acho isto inconcebível.-----

-----Voto, pois contra e faço voto de vencido e denuncio este assalto ao nosso património.-----

-----A Assembleia Municipal terá, suponho eu, uma palavra conceituada e criteriosa a dizer, sobre matéria tão importante para o nosso Concelho."-----

-----O Sr. Presidente declarou:-----

-----"A Demarcação das Áreas Críticas tem que ser o primeiro trabalho de todo um processo que conduz à constituição das SRUs. Este trabalho foi feito por titularidade da CULT e por acordo de todas as Câmaras associadas da CULT, por uma empresa particular especialista nesta matéria. Pretende-se com este objectivo registar as áreas críticas na DGOTDU e só depois disso haverá objecto para que a SRU, constituída por todas as Câmaras, possa no decorrer de legislação emanada da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território, eventualmente, beneficiar de fundos incluídos no QREN."-----

-----CONSTITUIÇÃO DA LEZÍRIA DO TEJO, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM - O Sr. Presidente submeteu à apreciação do executivo a sua proposta de Estatutos da sociedade de reabilitação urbana

que vai apresentar a firma em título, o Protocolo entre os sócios originários e os sócios supervenientes e o Quadro de Critérios de Distribuição do Capital Social, documentos previamente distribuídos a todos os autarcas.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício propos a retirada deste ponto da OT, devido há ausência de proposta no que à matéria em análise diz respeito.-----

-----Foram submetidas a votação as propostas existentes, a designada por número um, para que a proposta do Sr. Presidente passe a votação, que obteve quatro a favor, um voto contra do Sr. Vereador Francisco Maurício e duas abstenções dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos; e a designada por dois, para que a proposta seja retirada da Ordem de Trabalhos, que foi reprovada por quatro votos contra, duas abstenções dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos e o voto favorável do Sr. Vereador Francisco Maurício.---

-----No debate da proposta, a Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou quem pediu o agendamento deste ponto da Ordem de Trabalhos, ao que o Sr. Presidente respondeu que o pedido foi da CULT e o próprio o assume.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que se abstém pela razão de que o Presidente assume a paternidade da proposta. A partir daí já tem pai mas chegou à Câmara filha de pai incógnito.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos lembrou que para a constituição desta sociedade se peça o Visto do Tribunal de Contas, já que houve celeuma na constituição de uma anterior, promovida pela CULT. Relativamente aos Estatutos e Acordo Para-social encontrou gralhas de ortografia. Disse ainda esperar que esta empresa promova o desenvolvimento e a reabilitação urbana.-

-----Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco votos a favor e dois contra, dos Srs. vereadores Manuela Cunha e Francisco Maurício, este último com voto de vencido.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha leu a sua declaração de voto

do seguinte teor:-----
-----"A CDU considera a reabilitação urbana muito importante. É não só urgente travar a degradação do habitat e dos espaços públicos das zonas consolidadas e mais antigas das Freguesias de Almeirim, Benfica e Fazendas. É também urgente definir estratégias para travar a desertificação e abandono destas áreas a nível da habitação do comercio e dos próprios espaços públicos.-----
-----No entanto a CDU não concorda com o caminho proposta para o fazer. Discordamos dos Estatutos e das competências da SRU, por isso voto contra e faço voto de vencido.-----
-----As razões que estão na base deste desacordo são várias: ---
-----A delegação na Empresa Intermunicipal de poderes municipais tais como os previstos no artigo quarto-----
-----Licenciamento e operações urbanísticas (alínea a)-----
-----Expropriações de bens móveis (alínea b)-----
-----Operações de realojamento (alínea c)-----
-----Elaboração dos planos de reabilitação dos espaços públicos (alínea d), etc.-----
-----Ou ainda os poderes previstos no artigo cinco dos referidos Estatutos:-----
-----Direito e administrar os bens do Domínio Público Municipal (alínea g)-----
-----Ou ainda os poderes previstos no artigo seis, tais como: "poder de constituição de sociedades, agrupamentos, empresas, consórcios..."etc.-----
-----Resumindo, mais uma vez, tal como no caso das águas, esta empresa vai retirar poderes ao Executivo Municipal, composto por pessoas eleitas, directamente pelos cidadãos e remete-las para administrações e da cidade desta concelho deixam de ser desenhadas, geridas e reguladas pelas pessoas que os Almeirinos elegeram e na base das propostas políticas por si definidas no período eleitoral, para serem geridos por uma administração de "rostos desconhecido" para os Almeirinos e que pode não ter nenhum elo com esta terra.-----

-----Esta Empresa não vai só desenhar o rosto futuro das zonas mais antigas das nossas freguesias como vai também decidir e orientar a sua dinâmica económica, social, cultura e ambiental.-

-----Os Estatutos permitem que a Empresa venha a assumir um papel decisivo no controlo dos solos e na definição dos preços da propriedade e dos imóveis nestas áreas, sem garantia nenhuma que isto seja feito com base no interesse público, no interesse concelhio ou da respectiva freguesia."-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício declarou:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido porque não foi cumprido o Artº 3 do Regimento da Câmara Municipal de Almeirim: '...não estão disponíveis todos os documentos que habilitem os vereadores na discussão das matérias nela constantes (Ordem do Dia).'-----

-----Como é que alguém que é contra as empresas municipais aparece agora a propor a criação de mais uma. Eventualmente outras "Águas do Ribatejo" suponho eu. Estaremos cá para ver.---

-----Que interesses particulares estão por detrás destas proposta que não se justificam, num ano eleitoral, que inevitavelmente irá conduzir a mudanças?-----

-----Isto é a empresa da CULT (que até já foi extinta !!!), mas quem são os senhores desta empresa? Que credibilidade? No entanto passavam a ter direitos sobre terrenos e edifícios situados em zonas nobres do concelho de Almeirim, com direito de preferência e com preços feitos por eles.-----

-----A ISTO CHAMA-SE UM GRANDE NEGÓCIO ou como "ROUBAR DEMOCRATICAMENTE OS CIDADÃOS DE ALMEIRIM, que ficariam expoliados do seu património sem darem por isso.-----

-----É um atentado aos direitos de propriedade das pessoas.-----

-----Relembro os artigos que são mencionados na alínea h) do artº 4º da proposta de Estatutos.-----

-----Artigo 42º nº 1 alínea b) da lei citada:-----

-----1 - A delimitação de uma área crítica de recuperação e reconversão urbanística implica, como efeito directo e

imediatamente:-----
-----b) A faculdade de a Administração tomar posse administrativa de quaisquer imóveis situados na área, como meio destinado:-----
-----Artigo 46º-----
-----A Administração poderá proceder ao despejo administrativo dos prédios a demolir, bem como ao despejo temporário daqueles que careçam de obras cuja realização não possa ser feita sem a desocupação.-----
-----alínea t) do artº 4º dos Estatutos.-----
-----O D.L. 104 /2004 regula o regime jurídico excepcional da reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.-----
-----2 - Para efeitos do número anterior, entende-se por «reabilitação urbana» o processo de transformação do solo urbanizado, compreendendo a execução de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação, demolição e conservação de edifícios, tal como definidas no regime jurídico da urbanização e da edificação, com o objectivo de melhorar as suas condições de uso, conservando o seu carácter fundamental, bem como o conjunto de operações urbanísticas e de loteamento e obras de urbanização que visem a recuperação de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.-----
-----Os srs Vereadores vão perder o controlo sobre qualquer intervenção feita nesta área.-----
-----Voto, pois contra e faço voto de vencido e denuncio este assalto ao nosso património."-----
-----O Sr. Presidente declarou:-----
-----"A SRU é uma sociedade intermunicipal gerida pelos Municípios, pelos autarcas responsáveis por cada um desses Municípios."-----
-----O Sr. Vice-Presidente declarou:-----
-----"Voto favoravelmente uma vez que se trata de uma empresa intermunicipal. De referir que algumas declarações aqui feitas são-no por motivações políticas, a saber: A CDU de Almeirim

levantou várias objecções, no entanto, a CDU de Benavente e da Chamusca, maiorias absolutas nessas autarquias, aprovaram sem pestanejar. Acredito que querem o melhor para os seus Municípios.-----

-----Em relação ao outro voto contra é de referir a oposição a uma sociedade intermunicipal de capitais públicos, quando em tempos se defendeu parcerias público-privadas, onde os capitais privados - e já que estamos no âmbito da especulação política - eventualmente provenientes de fundos imobiliários, seriam aplicados nos nossos Concelhos.-----

-----Sou a favor do intermunicipalismo, no entanto entendo que certas áreas do domínio público devem estar totalmente na mão do Estado."-----

-----EMPRÉSTIMO DE € 434.745,50 - Da ordem de Trabalhos consta a proposta formulada pelo Sr. Presidente para revogação da deliberação de dezoito de Julho de dois mil e oito destinada à contracção de um empréstimo de quatrocentos e oitenta e nove mil e oitenta e oito euros; e proceder à abertura de concurso para contracção de um empréstimo a longo prazo no valor de quatrocentos e trinta e quatro mil setecentos e quarenta e cinco euros e cinquenta cêntimos, como resultado dos valores definitivos indicados pela CCDR Alentejo, com destino ao Centro Escolar de Almeirim.-----

-----A revogação do empréstimo anteriormente deliberado é justificada pela revogação da adjudicação da empreitada a que se destinava, devido a factos supervenientes que impedem a sua realização imediata e constantes da Acta de vinte e nove de Setembro passado.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício propôs a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos, devido há ausência de proposta e de documentos no que à matéria em análise diz respeito.-----

-----Foram submetidas a votação as propostas existentes, a designada por número um, para que a proposta do Sr. Presidente passe a votação, que obteve quatro votos a favor e os votos

contra do Sr. Vereador Francisco Maurício e duas abstenções dos Srs. Vereadores Manuela Cunha, Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos; e a designada por dois, para que a proposta seja retirada da Ordem de Trabalhos, que foi reprovada por quatro votos contra, e os votos favoráveis dos Srs. Vereadores Francisco Maurício, Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou se esta proposta visa só alterar o montante do empréstimo, ao que o Sr. Presidente esclareceu que se pretende a revogação do anterior concurso, que não produziu efeitos materiais, e efectuar um novo concurso.-----

-----Submetida a votação a proposta do Sr. Presidente, foi a mesma aprovada por cinco votos a favor e os votos contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Francisco Maurício.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício leu a sua declaração de voto, do seguinte teor:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido porque não foi cumprido o Artº 3 do Regimento da Câmara Municipal de Almeirim: "...não estão disponíveis todos os documentos que habilitem os vereadores na discussão das matérias nela constantes (Ordem do Dia)". Neste caso não havia nenhum."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos justificou o seu voto:-----

-----"Voto favoravelmente a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, face aos esclarecimentos prestados no presente momento e que me permitem manifestar a minha concordância em relação à revogação da deliberação de dezoito de Julho e ao futuro concurso para contratação do empréstimo bancário no valor indicado na Ordem de Trabalhos."-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha declarou:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido em relação ao ponto sete da Ordem de Trabalhos da reunião de hoje, relativa à revogação da deliberação para obtenção de um empréstimo bancário e substituição por novo empréstimo doutro valor destinado à Construção do Centro Escolar de Almeirim, por ausência total de

documentos escritos sobre esta matéria que permitissem a avaliação e ponderação correcta desta matéria antes da reunião.-
-----Reservo-me o direito de voltar a intervir sobre esta matéria numa próxima reunião de Câmara e ainda quero deixar claro que, aparentemente, a Construção do Centro Escolar de Almeirim anda inquinada e que os atrasos que daí advirão e os prejuízos para a qualidade do ensino das crianças, é da total responsabilidade dos elementos do PS, a tempo inteiro neste executivo.”-----

-----4 - CONTRATOS PÚBLICOS-----

-----JÚRI DOS PROCEDIMENTOS - Foi presente a proposta do Sr. Presidente, do seguinte teor:-----
-----“Conjugando o n.º 2 do Artigo 50.º com o n.º 2 do Artigo 69.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, proponho que seja delegado no Júri dos Procedimentos a competência para prestar os necessários esclarecimentos aos concorrentes.”-----
-----Submetida a votação, foi a proposta aprovada por três votos a favor, dos Srs. Presidente, Vice-Presidente e Vereador José Carlos da Silva, a abstenção do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos e os votos contra e de vencidos dos Srs. Vereadores Francisco Maurício e Manuela Cunha. Não votou a Sr.ª Vereadora Joana Baptista que se ausentou momentaneamente da sala.-----
-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário fez a seguinte declaração de voto:-----
-----“Recordo que, no Código dos Contratos Públicos (D.L. 18/2008 de 29 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março, no seu:-----
-----Artigo 69.º (Competência do Júri)-----
-----1 - Compete nomeadamente ao júri:-----
-----a) Proceder à apreciação das candidaturas;-----
-----b) Proceder à apreciação de propostas;-----
-----c) Elaborar relatórios de análise das candidaturas e das

propostas;-----
-----2 - Cabe ainda ao Júri exercer a competência que lhe seja delegada pelo órgão competente para decisão de contratar, não lhe podendo este, porém, delegar a competência para a decisão de qualificação dos candidatos ou para a decisão de adjudicação.---
-----Ora em relação a esta proposta de delegação de competências, nem pensar, então vamos deixar na mão dos membros do Júri, todo o processo? Os vereadores, representantes dos almeirinhenses, iriam ficar de fora de todo o processo, limitando-se a votar sem ter qualquer conhecimento deste.-----
-----Isso seria bom para, através das influências do seu Gabinete se poder continuar a decidir tudo.-----
-----Não há confiança nem legitimidade para tentar fugir á acção fiscalizadora que compete aos vereadores e deixar o poder nas mãos de alguém, que nem se sabe quem, mas que por acaso até sabemos.-----
-----Quero denunciar este facto como um golpe de mestre para continuar a controlar e "escolher" sem critérios objectivos os concorrentes.-----
-----Nestas circunstâncias, obviamente, voto contra e faço voto de vencido."-----
-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha justificou a sua posição:----
-----"Por considerar que delegar competências para prestar esclarecimentos sem clarificar que esclarecimentos, é demasiado vago. Não reconheço à composição actual do Júri, e sem tirar competência a nenhum elemento na área que lhe é própria, competência para responder no que se pode vir a levantar.-----
-----Considero que a falta de esclarecimentos nesta proposta é algo que me deixa com a pulga atrás da orelha."-----

-----2 - **PESSOAL**-----
-----CARTAS DE CONDUÇÃO DE FUNCIONÁRIOS - Foram presentes as propostas formuladas pelo Sr. Vereador José Carlos da Silva, que visam a provação do pagamento por parte da Câmara, das cartas de

condução aos funcionários Diogo Filipe castelo Nunes, no montante de seiscentos e sessenta e três euros e noventa e oito cêntimos e a André Filipe Fidalgo Braz, no montante de setecentos e noventa e sete euros e noventa cêntimos, ambas de condução de máquinas de rasto, retroescavadoras, agrícolas e pesados de mercadorias.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que vota a favor e congratula-se que a proposta esteja bem elaborada.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou quais as categorias e carreiras em que se inserem, a unidade orgânica e a necessidade funcional, ao que o Sr. Vereador José Carlos da Silva deu explicações.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva disse que se aproxima a entrada em vigor de uma nova lei e perguntou se a Câmara Municipal vai aproveitar para fazer a reclassificação de alguns trabalhadores, ao que o Sr. Presidente respondeu que avaliar essa necessidade cabe aos respectivos superiores.-----

-----A proposta acima referenciada foi aprovada por unanimidade.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que vota a favor, fazendo fé na informação prestada pelo Vereador responsável pelo pelouro, que expressa a necessidade dos serviços da Câmara de pessoal habilitado com carta de condução.-----

-----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO - Foi presente o requerimento de José Henriques Tavares de Carvalho, proprietário do bar-pizzaria-hamburgaria sito na Rua Nova número quarenta e oito, em Almeirim, no qual solicita para o referido estabelecimento que funciona diariamente das vinte e uma às duas horas, excepto às sextas, sábados e vésperas de feriados cujo término é às quatro horas, que para estes últimos dias o horário de encerramento seja fixado às oito horas da manhã.-----

-----Atendendo à localização numa zona residencial e aos danos causados ao sossego dos residentes, a Câmara deliberou

indeferir, por unanimidade.-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - Foi presente o requerimento da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Almeirim solicitando certidão comprovativa do eventual uso do direito de preferência na venda que José Joaquim Ribeiro Torres vai fazer da fracção correspondente ao segundo andar direito do prédio sito no impasse da Rua Augusto do Carmo Ribeiro, lote dez, em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou não usar o direito de preferência.-----

-----O Sr. Vice-Presidente lembrou que pedidos de certidão como o anterior, efectuados pela Conservatória do Registo Predial no âmbito do programa Casa Pronta, pressupõem uma certa rapidez de resolução, que por vezes não se compadece com os agendamentos das reuniões do executivo. Pediu, por isso, autorização aos Srs Autarcas para que estes pedidos de certidão, formulados ao abrigo do Programa Casa Pronta adoptem um procedimento especial, no sentido de contactar os Srs. Vereadores por e-mail para aquilatar da sua posição, e perante a sua aprovação, emitir de imediato a certidão comprovativa de que o Município não usará o direito de preferência, sujeitando este acto a posterior ratificação do executivo.-----

-----A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TRÂNSITO - Sob propostas do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou aprovar a colocação de passadeiras elevadas e respectiva sinalização junto às escolas da cidade; a sinalização a colocar na Zona de Actividades Económicas de Almeirim; e a sinalização a colocar no Bairro do Pupo, em Almeirim.-----

-----A pedido do Tribunal Judicial da Comarca de Almeirim, foi deliberado criar um lugar de estacionamento para deficientes no espaço fronteiro ao mesmo Tribunal.-----

-----A pedido de um grupo de moradores da Rua Padre António

Vieira, em Almeirim, a Câmara deliberou colocar lombas naquela artéria, a fim de reduzir a velocidade de circulação de viaturas.-----

-----O Sr. Vice-Presidente comunicou que, em relação à reclamação apresentada na última reunião do executivo, se deslocou mais uma vez à Tapada, Rua das Laranjeiras, onde foi pintada uma zona de protecção para permitir que um morador entre e saia com a sua viatura. A vizinha reclamante quer interferir com a dimensão da raia, que pretende que fique à largura do portão do vizinho e ele que faça manobras durante o tempo que for necessário, para entrar ou sair. Dado que o assunto aparenta ter foros de querelas entre vizinhos mas está em causa uma norma de sinalização imposta pela Câmara, solicitou aos seus pares que se desloquem ao local para, em conjunto, conceder ao assunto a resolução mais apropriada.-----

-----TRANSPORTES URBANOS DE ALMEIRIM - A pedido da Escola Básica do segundo e terceiro ciclos Febo Moniz, de Almeirim, a Câmara deliberou autorizar o aluno João Pedro Inácio e a auxiliar que o acompanha a utilizar o TUA gratuitamente, no percurso entre o Jardim de Infância número três e aquela Escola Básica, diariamente.-----

-----Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou autorizar que o TUA, linha vermelha a efectuar uma paragem junto ao Estádio do UFCA, nos dias úteis, nos quatro horários a partir das dezoito horas. Mais deliberou alterar o horário de paragem na Quinta da Alorna para as dezassete horas.-----

-----PROGRAMA OTL - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou pagar aos jovens integrados no Programa OTL dois mil e oito, Curta Duração, Duarte Maria Durães Rocha Pinto Mendes, Mónica Madureira Duarte e Tiago Manuel Peleira Ribeiro, as três horas diárias que trabalharam para além do seu horário, no total de sessenta euros a cada um.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, o executivo deliberou efectuar as seguintes transferências financeiras:-----

-----Fraterna Ajuda Cristã, para a sua venda de Natal - trezentos euros; e Clube de Futebol de Benfica do Ribatejo, para a formação de escolas - transferência de duzentos euros mensais.-----

-----Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou atribuir à Associação Vinte Quilómetros de Almeirim o subsídio destinado à sua prova anual, no montante de três mil quatrocentos e quarenta e um euros e setenta cêntimos e, para a Taça de Clubes Campeões Europeus de Estrada, a transferência de mil setecentos e vinte euros e oitenta e cinco cêntimos.-----

-----Mais deliberou, a favor desta Associação, conceder o apoio logístico necessário e autorizar a utilização do Refeitório Municipal.-----

-----OFERTA DE TAÇA - O executivo deliberou oferecer uma taça à Associação Cultural, Desportiva e de Beneficência dos Bombeiros de Alpiarça, a seu pedido, com destino ao seu concurso de pesca de homenagem ao Comandante.-----

-----PÃO, VINHO & COMPANHIA - O Sr. Vereador José Carlos da Silva comunicou que fez depositar nos cofres municipais a receita proveniente da Roda dos Vinhos inserida na actividade Pão, Vinho & Companhia do corrente ano, no montante de mil quinhentos e oitenta e um euros e cinquenta e quatro cêntimos e que vai ser transferida para a Associação de Bombeiros Voluntários de Almeirim.-----

-----A esta deliberação não assistiu o Sr. Vice-Presidente, que se ausentou da sala para o efeito.-----

-----TRANSPORTES ESCOLARES - Foram presentes cinco comunicações internas do Gabinete de Acção Social referenciando a situação sócio-económica dos agregados familiares de crianças

necessitadas de apoio, pelo que a Câmara deliberou custear o passe escolar aos seguintes alunos:-----

-----Ricardo Cardoso Escrevente, de Fazendas de Almeirim para Santarém; Fiama Pinedo Castelo, de Fazendas de Almeirim para Santarém; Daniela Cristina Ferreira Rodrigues, de Tapada para Almeirim; Rodrigo Oliveira Marques, de Cortiçóis para Almeirim; e Pedro Miguel da Cruz Costa Araújo, de Almeirim para Marinhais.-----

-----AQUISIÇÃO DE LIVROS - PATRIMÓNIO - Sob proposta do Sr. vereador José Carlos da Silva e mediante comunicação do Instituto D. João VI, a Câmara deliberou adquirir dois exemplares da obra 'Os Condes de Margaride e a Sua Descendência', da autoria de Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes, ao preço unitário de cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos.-----

-----PCP - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português que acompanha cópia da resposta governamental à pergunta sobre a instalação do Estabelecimento Prisional de Lisboa e Vale do Tejo.-----

-----DEPUTADA INDEPENDENTE - O executivo tomou conhecimento da comunicação do Gabinete da Deputada Luísa Mesquita que acompanha a resposta do Ministério da Administração Interna à pergunta sobre As Forças de Segurança no Distrito de Santarém.-----

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-

-----Escola P três - cento e treze euros e setenta e um cêntimos; Escolas P três e Moinho de Vento - cento e doze euros e noventa e seis cêntimos; Escola Secundária Marquesa de Alorna - oitocentos e um euros e sessenta e oito cêntimos; Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim - trezentos e setenta e quatro euros e sete cêntimos; Férias Desportivas - mil cento e

vinte e seis euros e setenta e quatro cêntimos; Associação Desportiva Fazendense - quinhentos e onze euros e sete cêntimos; Hóquei Clube Os Tigres - cento e oitenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos; União Futebol Clube de Almeirim - cento e quarenta e quatro euros e noventa e dois cêntimos; Associação de Apoio às Famílias de Fazendas de Almeirim - quatrocentos e quarenta e seis euros e trinta e quatro cêntimos; Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros - setecentos e noventa e quatro euros e quarenta e nove cêntimos; Colónia Balnear da Nazaré - trezentos e quarenta e sete euros e doze cêntimos; Rádio Amadores - setenta e oito euros e noventa e sete cêntimos; Junta de Freguesia de Almeirim - cento e setenta e oito euros e quarenta e dois cêntimos; Santa Casa da Misericórdia de Almeirim - trezentos e catorze euros e cinquenta e nove cêntimos; Associação Sénior de Almeirim - cento e cinquenta e oito euros e três cêntimos; Fraterna Ajuda Cristã - duzentos e noventa e nove euros e setenta e sete cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município - três mil oitocentos e quarenta e sete euros e setenta e dois cêntimos.-----

-----ACTAS - O Sr. Presidente submeteu à aprovação as Actas das reuniões abaixo indicadas, anteriormente distribuídas a todos os autarcas, que foram aprovadas como se indica:-----

-----Acta de sete de Julho de dois mil e oito, aprovada por unanimidade, com uma emenda.-----

-----Acta de vinte e um de Julho de dois mil e oito, aprovada por unanimidade e em relação à qual o Sr. Vereador Francisco Maurício fez a seguinte declaração de voto:-----

-----"Esta acta só foi aprovada hoje. Foi no dia 21 de Julho que foi aprovada, por este Executivo, com os votos contra e de vencido da CDU, do PPD/PSD e o meu, a controversa Tarifa de Disponibilidade que, começou a ser cobrada em Agosto de 2008.---

-----Ora, esta decisão só pode ser aplicada após a aprovação da acta, coisa que se acabou de verificar. Tenho sérias dúvidas de

que não mereceria a aprovação da Assembleia Municipal, após a
revisão do Regulamento de Águas que rege o Concelho.-----
-----No entanto recordo que 'As actas só se tornam definitivas e
executórias (só têm eficácia externa) depois da sua aprovação.'-
-----A Lei das Finanças Locais só prevê Taxas e Preços,
actualmente não existem Tarifas.-----
-----Portanto, esta "Tarifa" tem sido cobrada irregularmente."--
-----Acta de dezoito de Agosto de dois mil e oito, aprovada por
maioria e com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Pisco dos
Santos, por não ter participado.-----
-----Acta de quinze de Setembro de dois mil e oito, aprovada por
maioria, com a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, por não
ter participado na reunião.-----
-----O Sr. Presidente declarou que, relativamente a todas as
Actas, aprova as deliberações formais no que concerne à eficácia
dos actos e vota contra tudo o resto que está escrito e não é
essencial às deliberações, nos termos do n.º. 1 do Artigo 92º da
Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que leu:-----
-----"De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um
resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando,
designadamente, a data e o local da reunião, os membros
presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e
deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas
votações e, bem assim, o facto de a acta ter sido lida e
aprovada."-----

-----Às dezoito horas e cinquenta minutos o Sr. Presidente
declarou encerrada a reunião.-----
-----E eu, _____, Chefe de Repartição da
Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que
lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição
